

TSE nega pedido do PDT contra a Globo

Foto de José Gonçalves

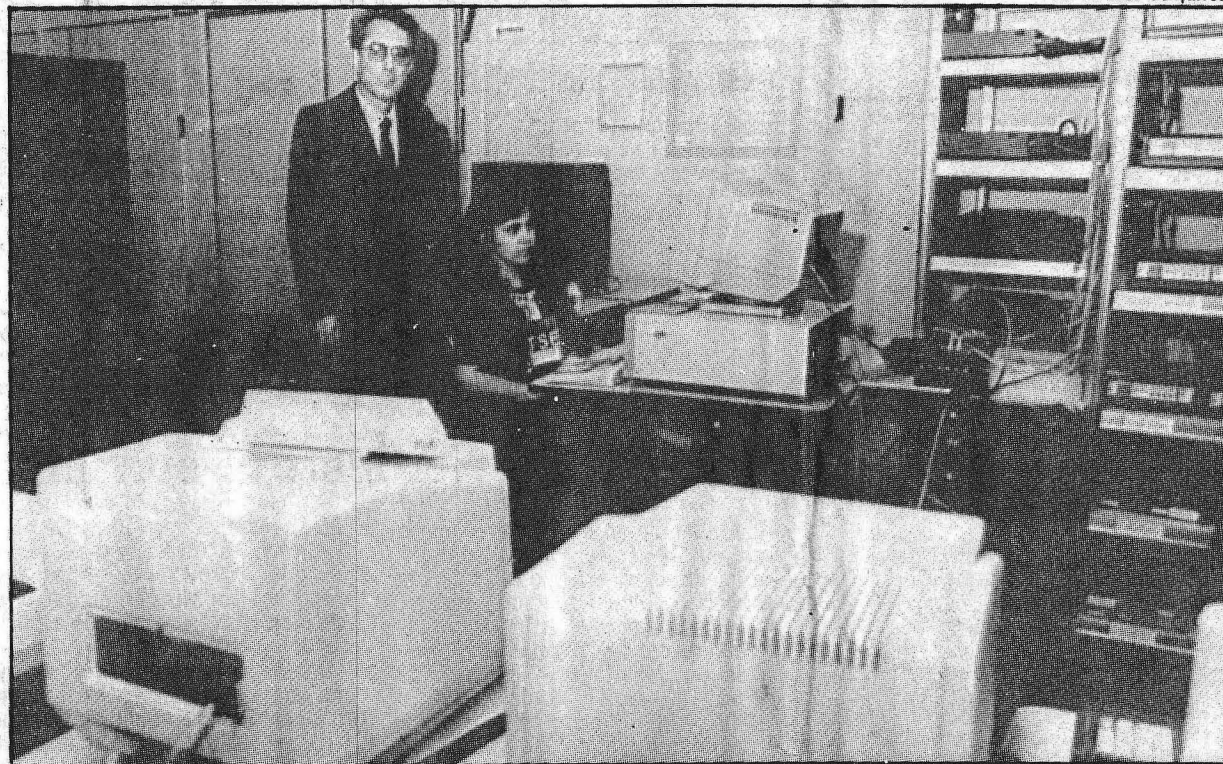
BRASÍLIA — O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) rejeitou ontem o pedido do PDT para que fosse suspensa a apuração paralela da Rede Globo de Televisão sobre os resultados da eleição presidencial. O despacho do Corregedor-Geral Eleitoral, Ministro Bueno de Souza, foi anunciado pelo Presidente do TSE, Ministro Francisco Rezek, que afirmou que atender à proibição pedida pelo PDT significaria ferir a Constituição.

— Qualquer proibição teria difícil apoio constitucional — disse o Ministro, referindo-se à liberdade de imprensa garantida na Carta aprovada em outubro do ano passado.

Diante do questionamento feito sobre a rapidez com que a emissora vem divulgando os resultados, Rezek negou que a Rede Globo esteja tendo acesso privilegiado aos números. A cópia dos boletins de urna em que se baseia a emissora, explicou Rezek, está sendo fornecida pelos comitês interpartidários, informações a que todos partidos têm acesso.

— O acesso (aos números) é garantido a todos. O resto se resume no modo extremamente ágil de transmitir os dados e divulgá-los — disse o Presidente do TSE. Durante a entrevista coletiva concedida ontem à tarde pelo Ministro, alguns radialistas reclamaram que a divulgação antecipada feita pela Rede Globo tirou do Centro de Convenções de Brasília, onde ocorre a totalização dos votos, a posição de principal alvo de atenções nessa eleição. Rezek foi insistente em esclarecer que não há nisso qualquer culpa da Justiça Eleitoral.

— Pediram transparência e a Jus-



O Presidente do TSE Francisco Rezek diz que proibir a apuração paralela 'teria difícil apoio constitucional'

tiça Eleitoral garantiu transparência. Em nenhum momento se pretendeu que os boletins de urna fossem segredo de Justiça ou se transformassem em segredo de Estado — explicou. Segundo ele, a transparência na apuração foi reivindicada pelos próprios partidos e a sociedade, como forma de fiscalizar o processo e assim verificar se os resultados conferem. Garantiu que em nenhum momento houve algum "acesso sor-

rateiro" de instituições privadas aos dados que estão saindo das urnas.

Embora tenha despachado desfavoravelmente ao pedido do PDT, o Ministro Bueno de Souza solicitou a manifestação do Procurador Geral da República sobre o caso. A principal preocupação manifestada por alguns jornalistas se referiu a uma eventual contradição entre o resultado final a ser divulgado pela Rede

Globo com antecedência e o resultado oficial do TSE com relação ao disputado segundo lugar.

Se os computadores da Globo apontarem a vitória de Brizola e os do TSE de Lula, ou vice-versa, isso "será fator de um grande constrangimento", admitiu Rezek. Mas isso não deverá implicar qualquer punição sobre a emissora. Segundo ele, a lei prevê como delito eleitoral a di-

vulgação falsa sobre um candidato. Mas, conforme explicou o Ministro, seria muito difícil enquadrar a divulgação de uma apuração paralela nessa situação. Considera-se informação falsa, para efeitos de comprovação se existiu ou não delito, informações caluniosas, como as que foram divulgadas por alguns candidatos contra outros no horário gratuito no rádio e tevê, explicou o Ministro.

Houve muita reclamação sobre o

atraso da totalização oficial do TSE em relação aos números apresentados pela Globo. Rezek, porém, entende que não há atraso. Apenas uma rapidez maior da Globo. Para Rezek, foi uma superestimação, não por parte do TSE, da velocidade da totalização oficial. Os TREs e o TSE só são mais lentos, justificou Rezek, pois os números oficiais são conferidos e reconferidos, dentro do critério de máxima segurança.